

CAPÍTULO 6

**Entre a ausência e a resistência:  
a presença de professoras negras  
no Ensino Superior no Brasil**

Ícaro T. de Carvalho

Renata J. do Carmo

Rogéria C. Alves

## Introdução

*Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela (DAVIS, 2017, informação verbal).<sup>1</sup>*

Atentando-se aos debates realizados no Brasil e no mundo, a discussão de identidade de gênero é de suma importância e relevância no sentido de conscientizar e mudar o comportamento social referente ao preconceito existente desde tempos imemoriáveis. As diferenças sobre o corpo de homens e mulheres nos aspectos sexuais criam a falsa ilusão de que existem diferenças entre ser homem e ser mulher, feminino e masculino. Nessa perspectiva, a questão de gênero está ligada à forma como a sociedade cria os diferentes papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e às mulheres. O debate sobre esse tema tem se concentrado em diversos movimentos, que levantam as variadas possibilidades de interpretação sobre como a sociedade conduz e impõe as questões de gênero, seja na relação com o poder, na relação de trabalho, na política ou nos diversos aspectos da vida cotidiana.

Muitos acreditam que o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, representa a conscientização da sociedade para uma atenção especial a esse grupo. Porém, é possível perceber que essa conscientização está longe de ser alcançada e que esta data apenas foi criada para

---

<sup>1</sup> Palestra proferida pela escritora Angela Davis em 25 de julho de 2017 na Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

comemorar o dia de luta contra os preconceitos, que ainda estão presentes em nosso cotidiano. Sob o ponto de vista interseccional (AKOTIRENE, 2019), vislumbram-se vários preconceitos envolvendo a mulher negra como um todo, merecendo um olhar diferenciado referente ao processo de luta contra a discriminação de gênero e de raça.

Em 2015, o Fórum Econômico Mundial divulgou o Índice Global de Desigualdade de Gênero, que comparou 145 países segundo a probabilidade de as mulheres participarem da vida política, econômica e terem acesso à educação e saúde. O Brasil alcançou o 85º lugar, sendo que Islândia (1º), Noruega (2º) e Finlândia (3º) lideram o ranking, e Síria (143º), Paquistão (144º) e Iêmen (145º) ocupam as últimas posições.

Ao associar a questão de gênero com a discriminação racial, percebe-se que as mulheres negras são as que mais morrem e sofrem com a violência doméstica. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2013: mais de 60% das mulheres assassinadas, entre 2001 e 2009, eram negras. O Mapa da Violência de 2015, segundo a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), demonstra que, em um ano, a porcentagem de mortes de mulheres negras foi de 66,7% a mais do que as de mulheres brancas no país.

Sendo assim, é possível perceber que, ao pensar na desigualdade de gênero, correlacionada às questões de etnia, o problema da desigualdade se intensifica. Mais de 300 anos de escravidão negra no Brasil deixaram influências sociais e estruturais tão profundas que apenas os direitos

formalmente instituídos na atualidade não são capazes de propiciar a equidade, sem distinção de gênero, raça ou cor. No intuito de obter a almejada equidade, é preciso instituir políticas públicas, como as cotas étnico-raciais, e políticas assistenciais, dentre outras questões de intervenção do Estado, para, assim, extinguir, além da desigualdade de gênero, o racismo – que se expressa na exclusão silenciosa das mulheres negras, dentre tantos outros aspectos de opressão ou discriminação. Assim, o tema proposto no presente trabalho é a análise da situação educacional da mulher negra e sua inserção no mercado de trabalho, referente ao Ensino Superior.

Segundo Trippia e Baracat (2014), apesar de mais da metade da população brasileira ser composta de pessoas negras e pardas, sua inserção no mercado de trabalho não ocorre de maneira proporcional, principalmente no que se refere às mulheres. Após diversos processos de transformação do seu papel na sociedade, as mulheres ainda sofrem em relação à disparidade salarial e lutam para que seja desconstruído o pensamento de sexo frágil e de vulnerabilidade. Atualmente, as mulheres negras representam 6,4 milhões de pessoas no país e encontram grandes entraves para concluir os estudos, dificultando, assim, a sua ascensão ao cargo pleiteado. Outro ponto relevante a ser indicado é o campo econômico, que não pode ser dissociado do campo político, uma vez que a participação da mulher abrange essas duas vertentes. Grossi (1992) reflete sobre o fato de a política ser um espaço público e, mesmo assim, foi historicamente negada à negritude e às mulheres. Atualmente, é marcante a presença de mulheres negras em diversas formas de organização política. Contudo,

essa participação foi garantida com muito esforço e intervenção estatal, visando à progressiva efetivação das atividades, movimentações, articulações e formulações políticas do grupo.

As mulheres no Brasil são mais da metade da população, mas ainda assim são profundamente sub-representadas nos espaços de decisão política. Isso influencia diretamente na garantia de políticas de enfrentamento à violência contra mulher, ao enfrentamento institucional às discriminações de gênero e de raça e às questões ligadas ao que se chama de “política geral”, como economia e justiça. Podemos citar como exemplo o fato de que, dentre todos os membros do Congresso Nacional brasileiro, no ano de 2018, havia apenas 13 mulheres negras, sendo que todas elas ocupavam assentos na Câmara dos Deputados e não havia nenhuma no Senado Federal.

Se o Brasil é um país que adota a chamada democracia representativa, com traços de democracia indireta, nada mais justo seria que os representantes de uma sociedade diversificada fossem diversos também. Na verdade, o ideal seria que os representantes, que estão no atual governo, atentassem-se ao atendimento das demandas de todos, mas isso infelizmente não ocorre. O papel das mulheres negras nesses espaços é indubitavelmente necessário: além de contribuir para a solução de conflitos relacionados à sua comunidade, elas têm a capacidade de identificar outros conflitos sociais, envolvendo a discriminação racial e de gênero. Nesse sentido, é impossível não recordar o trágico assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018. Marielle Franco era socióloga, ativista dos direitos humanos, negra e estava casada com uma mulher. As

questões em torno de sua identidade de gênero, raça e orientação afetivo-sexual representam a chamada intersecção de grupos que foram e são historicamente marginalizados. Em 2016, Marielle foi a quinta candidata mais votada entre os 51 vereadores eleitos na cidade do Rio de Janeiro, na primeira eleição que disputou. O foco principal de sua campanha enquanto candidata era a intersecção entre gênero, raça e a cidade. Marielle também tinha como pauta a questão da violência policial nas comunidades cariocas. As investigações sobre o assassinato da vereadora continuam em andamento, e sua morte, ocorrida de forma violenta e criminosa, suscitou as discussões em torno da escassa participação feminina e negra na política brasileira.

Mas esse, infelizmente, não é um problema exclusivo brasileiro, como bem nos lembrou Djamila Ribeiro (2018, p. 58-59) em seu texto *Uma mulher negra no poder incomoda muita gente*. Nele, Djamila cita o caso da prefeita Tyrus Byrd, que, após ser eleita em 14 de abril de 2015, em Parma (Missouri), nos Estados Unidos, recebeu o pedido de demissão de oito servidores públicos – um número considerado por muitos irrisório, mas que para Parma é significativo, tendo-se em vista seus menos de 800 habitantes –, sob a alegação de “demissão por questões de segurança”. Todos os funcionários que se demitiram eram homens e brancos.

O relato nos estimula a pensar sobre os lugares sociais que historicamente foram destinados às mulheres negras e no incômodo social gerado, na atualidade, pela presença delas em espaços de poder que anteriormente eram reservados somente a homens brancos.

Yannoulas (2002) traz a reflexão sobre a necessidade de orientar, com informações e reflexões, o processo de construção de políticas públicas que promovam igualdade de gênero nas relações de trabalho. Para isso, buscou-se apresentar informações, extraídas de seu dossiê, que auxiliarão na busca pela igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e na melhoria das condições de trabalho, subsidiando a atuação conjunta de instituições sindicais, associações profissionais, organizações do movimento de mulheres e o Legislativo Federal.

A autora cita ainda que, no caso das mulheres negras, essas consequências são aumentadas, tendo em vista a dupla discriminação vivida por elas. Sendo assim, defende a importância de o Estado instituir um novo modelo de gestão, mais participativo, no qual a sociedade organizada participa de maneira efetiva e inclusiva na formulação e avaliação das políticas públicas, de maneira inclusiva. Dessa forma, acredita-se ser possível propiciar um mundo melhor para todos, em que a desigualdade de gênero e a discriminação racial sejam diminuídas.

## **Metodologia**

Este estudo foi fundamentado na revisão bibliográfica sobre a temática pesquisada e também a partir da construção de gráficos e tabelas, gerados com base em dados estatísticos oficiais e públicos acerca da situação da mulher, mercado de trabalho e educação no Brasil. Nesse sentido, é importante salientar que, no meio acadêmico, a pesquisa tem como

objetivo produzir conhecimento, contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social.

Sendo assim, sua finalidade é descobrir respostas para questões, mediante a aplicação do método científico, pois, “ao analisar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir suas relações com outros fatos e explicá-los” (GALLIANO, 1986, p. 26). Logo, destacamos a pesquisa acadêmica como construção metodológica e de análise.

Optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo que busca, segundo Neves (1996), entender os fenômenos a partir da perspectiva da situação estudada e, então, situa a interpretação do pesquisador. Assim, concorda-se, que “o método qualitativo de pesquisa é aqui entendido como aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais” (TAQUETTE, 2016, p. 418).

Para a construção dos gráficos e tabelas, utilizados em nossa análise, empregou-se a base de dados disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em especial o item Estatísticas de Gênero – que contém indicadores sociais sobre as mulheres no Brasil – e o subitem tabelas completas – Educação. De posse da tabela apresentada no site e identificada com o número 31, foram selecionadas as informações que coligavam a faixa etária das mulheres, a cor ou raça, o período e o nível de instrução, para assim efetuar a preparação dos gráficos e suas conseqüentes interpretações



(BRASIL, 2022a, 2022b). Torna-se imprescindível mencionar que essa base de dados é muito rica e favorece o embasamento e a construção de inúmeras análises e interpretações acerca da situação das mulheres no país.

Tendo por embasamento a fonte de dados já mencionada, utilizou-se como diretriz temporal o ano de 2019 e, como referência educacional, os seguintes níveis escolares: sem instrução, fundamental completo ou incompleto, médio incompleto e completo e superior incompleto e completo. Além disso, utilizou-se estas faixas etárias: de 25 a 34 anos e 35 a 44, e 45 a 54 anos (vide gráficos 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

Na elaboração do Gráfico 6, que trata do número total de docentes (em exercício e afastados) no ano de 2019 no Brasil, segundo categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES) e categoria de gênero, foram utilizados dados da Tabela 2.2 contida nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a partir do Censo da Educação Superior do ano de 2019 (BRASIL, 2022c). Assim, definiu-se esse período de análise justamente no intuito de se comparar os dados levantados acerca do número de docentes em IES, com as informações obtidas acerca dos níveis de instrução conforme categoria de gênero levantados pelo IBGE.

## **Desenvolvimento**

Para desenvolver essa proposta, elegemos alguns conceitos e ideias primordiais. O nosso intuito é situar o debate

historicamente, apontando algumas discussões e reflexões importantes e já construídas, mas que se fazem necessárias à perspectiva que apresentamos.

### **Raça e cor no Brasil: ideias fundamentais**

As discussões em torno de raça, enquanto categoria social, no Brasil, ainda são permeadas pelo chamado mito da democracia racial – teoria segundo a qual não existe, no país, discriminação racial e a convivência entre brancos, negros e indígenas é pacífica.

Interessante mencionar que, mesmo sem ter cunhado a expressão “democracia racial”, a obra do sociólogo Gilberto Freyre cristalizou essa afirmação sobre a inexistência de preconceitos e discriminações raciais no Brasil, a partir da década de 1930. Mesmo sem ter utilizado a referida expressão, o autor defendia a inexistência de preconceitos e discriminações raciais no país, louvando a ideia de que os brasileiros são, por excelência, antissegregacionistas, por meio da cultura luso-tropical e da mestiçagem. Contudo, atualmente, o conceito de raça deve ser analisado do ponto de vista sociológico, histórico e social, carregado de construções identitárias e autorreflexivas.

As identidades sociais são construídas a partir da vivência social dos envolvidos e de suas interações com os grupos. Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação, pode-se afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de

que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social (GUIMARÃES, 2003).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – Contínua (Pnad) publicados em 2019, a população brasileira atingiu a marca de 209,276 milhões de habitantes; desse total, 117,411 milhões se declaram pretos ou pardos (BRASIL, 2022b). Esses dados corroboram edições anteriores da própria Pnad e também do Censo realizado pelo IBGE no que se refere à maior predominância de pessoas pretas e pardas no Brasil. Marta Antunes, da Gerência Técnica do Censo Demográfico em 2018, explica que:

O termo pardo remete a uma miscigenação de origem preta ou indígena com qualquer outra cor ou raça. Alguns movimentos negros utilizam preto e pardo para substituir o negro e alguns movimentos indígenas usam indígenas e pardos para pensar a descendência indígena. É uma categoria residual, mas que é a maioria (BRASIL, 2018).

Vale lembrar que, de acordo com o IBGE, pessoas autodeclaradas pretas e pardas são consideradas negras. Os números por si só já bastariam para um investimento na educação que valorizasse a participação da população negra no contexto histórico da formação da sociedade brasileira. No entanto, são necessárias intervenções para que os processos de correção das desigualdades sejam aplicados.

Almeida (2019, p. 24) acrescenta que o conceito de raça se manifesta a partir de dois registros: um com característica biológica, em que a definição é atribuída por um traço físico,

e outro com característica étnico-cultural, em que a identidade é associada à origem geográfica, à religião, à língua e outros costumes. A partir dessas definições, é possível caracterizar e diferenciar os conceitos de racismo, discriminação e preconceito.

Assim, para Almeida (2019, p. 25), “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam nas desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. Já o preconceito racial:

[...] é o juízo em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avaros ou orientais naturalmente preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Por sua vez, discriminação racial “é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça” (ALMEIDA, 2019, p. 23). É importante acrescentar que, na visão do autor, a discriminação positiva faz-se necessária como uma forma de correção das desvantagens causadas pela discriminação negativa. Nesse caso, é crucial corrigir os danos sociais causados pela discriminação negativa a grupos historicamente discriminados.

Seguindo essa conceituação, podemos mencionar Guimarães (2003, p. 11), que relata a classificação de cor no Brasil a partir de um discurso de qualidades e atitudes. O autor identifica que a discriminação racial incide sobre fenótipos dos sujeitos, indicando uma espécie de “preconceito de marca”. A sociedade costuma classificar os grupos conforme os fenótipos, tonalidade da cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz e lábios. A pessoa poderá ser discriminada por sua aparência física e não por sua genealogia de origem africana.

Já o IBGE, em seus censos, divulga os dados pesquisados em relação a cor ou raça conforme a autodeclaração dos entrevistados. Ou seja, as pessoas são entrevistadas e têm a opção de se autodeclararem: brancas, pretas, pardas, indígenas ou amarelas. Segundo Petrucelli (2013, p. 21):

Dessa maneira, o processo de atribuição de uma cor ou raça a alguém só pode ser pensado como de caráter relacional, ou seja, como o produto de um conflito entre ocupantes de posições desiguais, que opera como violência simbólica, que se exerce por vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento. Apresenta-se, assim, uma ocasião privilegiada de compreender, a partir de uma relação social extremamente comum, a lógica da dominação exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante como pelo dominado: uma propriedade distintiva, um estigma, onde a mais eficaz é esta propriedade corporal perfeitamente arbitrária que é a cor da pele (PETRUCCELLI, 2013, p. 21).

## **Os dados educacionais e as ausências denunciadas**

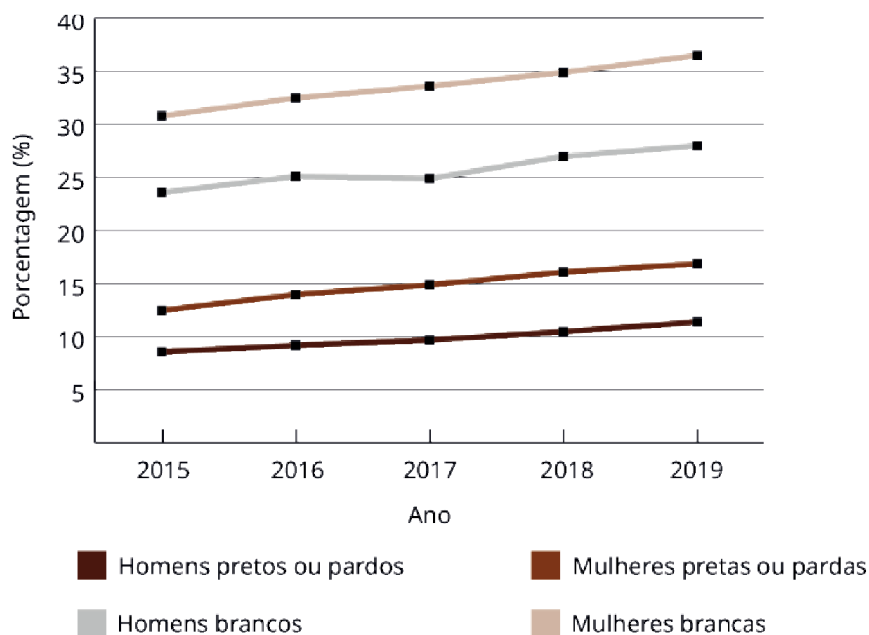
Segundo estudos feitos pelo IBGE (BRASIL, 2022a; 2022b) e Inep (BRASIL, 2022c), ainda são grandes as desigualdades sociais

e educacionais entre negros e brancos, tendo a população negra os menores índices de desenvolvimento humano. Tais indicadores encontram explicações nos resquícios de um passado escravista, afirmação corroborada pela constatação de que o analfabetismo entre a população negra ocorre, em sua maior parcela, entre os mais velhos. Em outras palavras: quanto mais próxima histórica e temporalmente do período da escravidão no Brasil – cuja abolição formal ocorreu há pouco mais de 130 anos –, a geração de pessoas negras analisadas possuía menos acesso à educação formal.

Os dados do IBGE/Pnad, referentes ao ano de 2019, demonstram que a taxa de analfabetismo era de 23,68% entre brancos e de 75,43% entre pretos e pardos. Nos dados relativos ao Ensino Superior, de acordo com a Pnad Contínua de 2019, do total de 23.586 habitantes com formação superior completa e com 25 anos ou mais, a porcentagem de brancos atinge 63,93% e a porcentagem de pretos e pardos com formação superior é de 34,28% (BRASIL, 2022b). Tratando-se de tempo de escolaridade, a média de anos de estudo para pessoas de 15 anos ou mais é de 8,9 anos para pretos e pardos e 10,6 anos para brancos.

De acordo com o IBGE, independentemente de as mulheres apresentarem os melhores resultados educacionais no país, na média, elas ainda não alcançaram resultados compatíveis com sua qualificação no mercado de trabalho. Essas mulheres, além de possuírem níveis educacionais mais altos, em comparação aos homens, exercem afazeres domésticos, sem receber qualquer remuneração para isso. Nesse sentido, Silvia Federici (2019) recorda-nos da atuação do movimento Wages

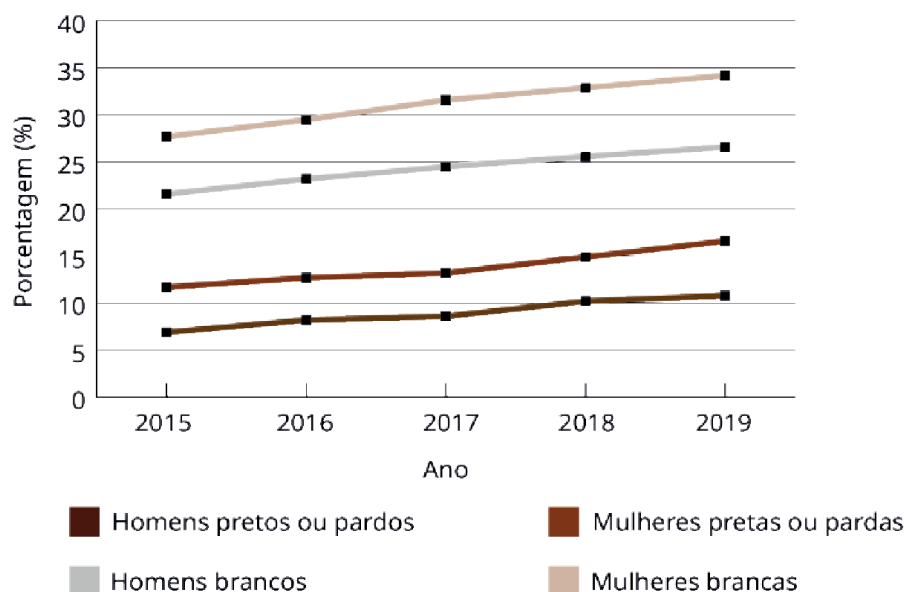
for Housework, surgido na década de 1960 nos Estados Unidos. Liderado por afro-americanas, inspiradas no movimento dos direitos civis, essas mulheres se mobilizaram a fim de reivindicar do Estado um salário pelo trabalho de educar seus próprios filhos. Em sua atuação, esse movimento identificou a trabalhadora doméstica como o sujeito social fundamental na premissa de que a exploração do seu trabalho não remunerado e as relações desiguais de poder – construídas sobre sua condição de não remuneradas – foram as bases para a organização capitalista de produção. Assim, a autora alerta para as construções sociais e de cunho capitalista produzidas sobre a imagem das mulheres, que associam o trabalho doméstico como tarefa totalmente naturalizada e sexualizada, um atributo feminino, do qual se espera que todas as mulheres gostem de fazê-lo.



**Gráfico 1:** População brasileira de 25 a 34 anos com Ensino Superior completo

Fonte: elaborado pelos autores com dados das Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (BRASIL, 2022a).

No Gráfico 1, podemos identificar que as mulheres brancas, na faixa etária de 25 a 34 anos, no período de 2015 a 2019, sustentaram, com o passar dos anos, taxas de instrução de nível superior, acima dos homens brancos. Porém, as mulheres pretas e pardas, nesse mesmo período, tiveram posição bem inferior às mulheres brancas, o que sugere que a questão racial é um fator determinante na formação educacional entre as mulheres.



**Gráfico 2:** Porcentagem da população de 35 a 44 anos com Ensino Superior completo

Fonte: elaborado pelos autores com dados das Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (BRASIL, 2022a).

Avançando um pouco mais na análise da faixa etária, nos grupos de idade de 35 a 44 anos, por sexo, conforme o Gráfico 2, identificamos que no mesmo período de 2015 a 2019, tanto mulheres brancas quanto homens brancos tiveram as taxas mais altas nos que se refere à formação completa em nível superior. Nesse sentido, conclui-se que o fator raça/cor se sobrepõe ao fator gênero, uma vez que, independentemente



do sexo, os percentuais de instrução de brancos são superiores aos percentuais de pretos e pardos.

É importante ressaltar que o racismo estrutural é um grande obstáculo a ser superado por nossa sociedade. Silvio de Almeida (2019) defende que todo racismo é sempre estrutural, sendo ele, portanto, um elemento da organização política e econômica da sociedade, ou seja, ele não é um fenômeno patológico que apresenta certa anormalidade.

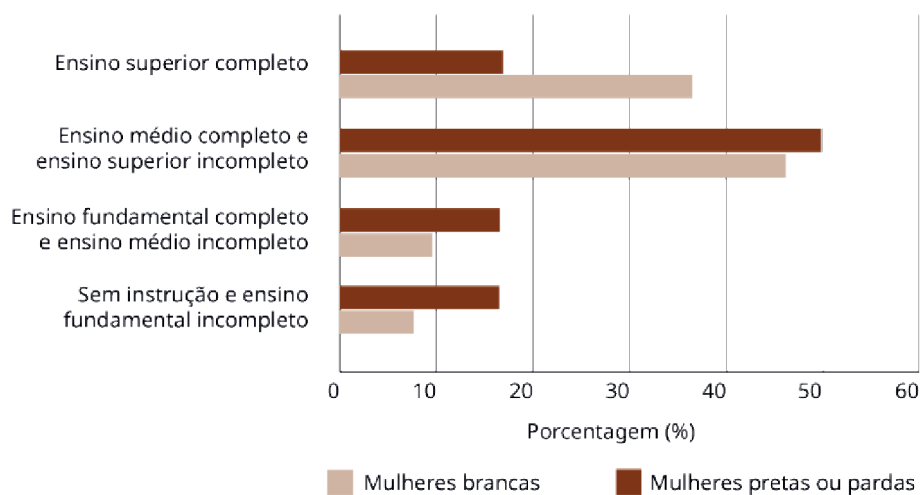
Muito pelo contrário, o autor defende que o racismo estrutural possui lógica, sentido e reprodução e que, por sua vez, molda a sociedade contemporânea, naturalizando as desigualdades contra as pessoas negras e, principalmente, contra as mulheres.

Ao se pesquisar sobre as trajetórias escolares e o sucesso de estudantes de camadas populares no que tange aos níveis de ensino, percebe-se que é grande a carência de informações e dados sobre a inserção de mulheres pretas e pardas estudando em cursos de pós-graduação ou lecionando em instituições de Ensino Superior. A falta dessas informações provoca lacunas no entendimento da complexidade das trajetórias às quais essas mulheres pretas e pardas são submetidas até alcançarem esses cargos – que, nesse caso, também são marcadores de ascensão social.

A historiadora Luciana Brito (2019) pondera que essa busca das mulheres negras por inserção na carreira do magistério, em qualquer nível da educação, é histórica e revela uma estratégia familiar de investimentos em educação com vistas à estabilidade financeira e profissional – num país em que as

tarefas mais simples, como abertura de conta em banco ou aluguel de imóveis, por vezes, exigem comprovação formal de renda. E historicamente sabemos que, desde o pós-abolição, populações negras brasileiras estão sujeitas ao trabalho informal, sem carteira assinada e sem garantias.

Maria Lúcia Rodrigues Müller (2008) pondera que, desde o início do século XX, jovens negras, netas de escravizados, estiveram inscritas nos registros municipais, pleiteando vagas como professoras concursadas – presença que foi reduzida paulatinamente, em função da ideologia eugênica que circulou no país, a partir da qual se criou um “fenótipo adequado”, que passou a vigorar nos testes para a função do magistério, que obviamente excluía as “moças escuras”.



**Gráfico 3:** População brasileira feminina de 25 a 34 anos conforme níveis de instrução em 2019

Fonte: elaborado pelos autores com dados das Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (BRASIL, 2022a).

No Gráfico 3, identificamos a falta de continuidade nos estudos por parte das mulheres pretas e pardas, ou seja, elas estão em

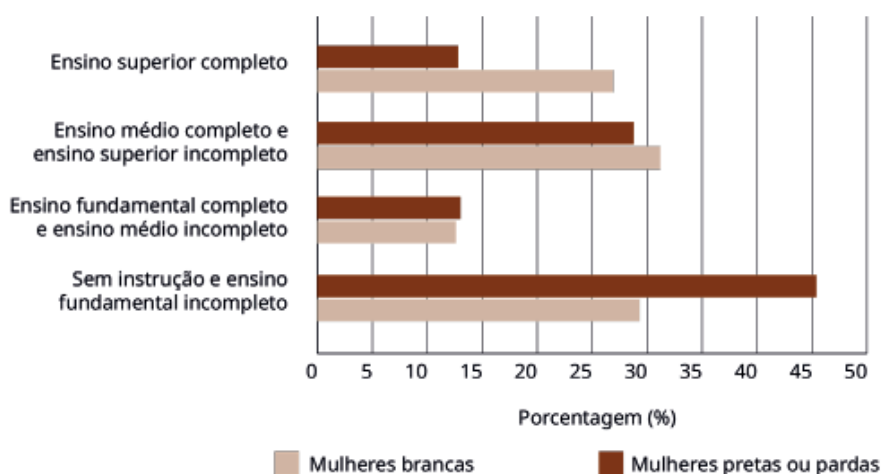
destaque nas formações escolares nos níveis iniciais, porém, quando se trata de conclusão no nível superior, a situação se modifica. Torna-se crucial analisar que fatores externos influenciam no ingresso e na continuidade dos estudos das mulheres pretas e pardas: ou elas não se inserem no Ensino Superior, ou, quando ingressam, não conseguem concluí-lo.

O quantitativo de mulheres pretas e pardas, em 2019, com formação em Ensino Superior, é muito abaixo dos grupos femininos de cor branca. Porém, notamos que nos menores níveis de instrução a porcentagem de mulheres pretas ou pardas se destaca em comparação aos grupos de mulheres brancas. Esses dados precisam ser lidos à luz de reflexões sobre a expansão do ensino a distância em nosso país e também com relação ao perfil do público atendido por essa modalidade educacional. Segundo a historiadora Luciana Brito (2019), os dados do MEC afirmam que boa parte do número de vagas ofertadas na modalidade de ensino a distância está no curso de Pedagogia. E, embora o custo do curso a distância seja muito menor que o presencial, está na modalidade EaD a maior taxa de desistência.

O perfil desse estudante do ensino a distância, na sua maioria, é composto por mulheres negras e pobres, que buscam cursos de licenciatura e, “por escolha ou por acreditar que isso é o que lhes é possível, buscam se tornar professoras. Assim, sob a justificativa da inclusão, o ensino a distância vende uma ilusão que custa caro, mas gera fortunas aos grupos educacionais que o promovem” (BRITO, 2019).

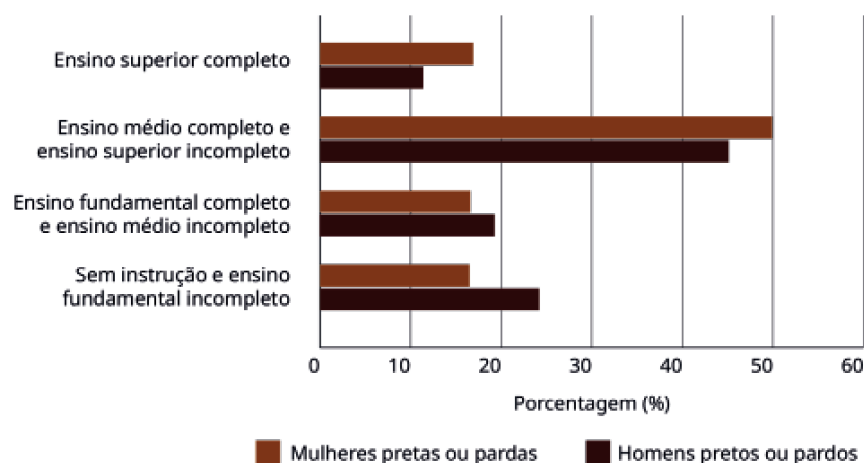
Quando se analisa a população feminina branca de 45 a 54 anos, verifica-se a permanência da marginalização das

mulheres pretas e pardas em relação ao nível de instrução. No Gráfico 4, a representação de mulheres pretas e pardas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto é bem superior se comparada às mulheres brancas.



**Gráfico 4:** Nível de instrução da população brasileira feminina de 45 a 54 anos em 2019

Fonte: Elaborado pelos autores com dados das Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (BRASIL, 2022a).



**Gráfico 5:** Nível de instrução da população brasileira preta de 25 a 34 anos em 2019

Fonte: Elaborado pelos autores com dados das Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (BRASIL, 2022a).

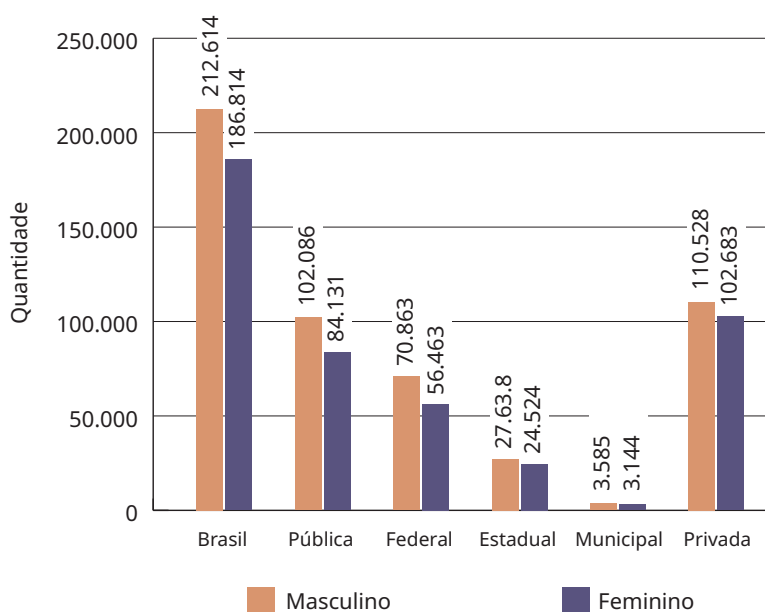
Quando se restringe a análise a partir do critério racial, nota-se que o quantitativo dos homens pretos e pardos possui destaque nos menores graus de instrução; já as mulheres pretas e pardas conseguem finalizar em maior quantidade os ensinos médio e superior. Conforme o Gráfico 5, no ano de 2019, as mulheres pretas e pardas, com faixa etária de 25 a 34 anos de idade, obtiveram maior quantitativo de formação nos ensinos superior e médio, em relação aos homens pretos e pardos de mesma idade. Porém, esse índice não é diretamente proporcional à inserção no mercado de trabalho.

Tendo como base os dados levantados pelo IBGE em 2019, percebe-se que em todas as modalidades de Ensino Superior, seja ele público ou privado, o quantitativo de docentes mulheres está abaixo do número de professores do sexo masculino.

Essa constatação confirma que, apesar de existir uma maior quantidade de mulheres – independentemente do quesito raça/cor – com formação superior, boa parte delas não exerce a docência em nível superior. A formulação de teorias interpretativas, dos diversos fatores que interferem na inserção/absorção dessas mulheres no mercado de trabalho, torna-se essencial e urgente.

Segundo os dados apresentados pelo pesquisador Renato Pedrosa, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Educação Superior (LEES) e docente do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências da Unicamp, as mulheres já são, há vários anos, a maioria do corpo docente no Ensino Superior – tanto na

graduação como na pós-graduação, atingindo também o maior número de títulos de doutorado. Mas ainda são minoria no quadro docente: em uma década, a participação feminina entre os professores cresceu somente 1%, subindo de 44,5% para 45,5%. Os números são referentes ao período de 2006 a 2016 (SUGIMOTO, 2018).



**Gráfico 6:** Docentes em exercício em 2019 no Brasil, classificação por gênero

Fonte: elaborado pelos autores com dados da Sinopse Estatística da Educação Superior (BRASIL, 2022c).

Pela análise do Gráfico 6, verifica-se que em 2019, tanto no setor público quanto no privado, a predominância de professores homens no Ensino Superior possui grande destaque. Segundo dados do site de pesquisa *Gênero e números* e o Censo da Educação Superior de 2016, havia 219 professoras doutoras autodeclaradas pretas, atuando em cursos de pós-graduação do Brasil. Mulheres pretas com doutorado correspondem a 0,4% do corpo docente em pós-graduação,

em todo o país. Quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes.

A maior representação na docência de pós-graduação é formada pelo grupo de homens brancos com doutorado: são 13.198, o que representa 24%. Já as professoras brancas com a mesma escolaridade na docência da pós-graduação são pouco mais de 10 mil, ou 19% do total de 53.995 professores nos cursos de doutorado, mestrado e especialização.

Os dados abrangem instituições públicas e privadas e basearam-se na autodeclaração dos professores via questionário enviado pelo Inep, do Ministério da Educação, e recolhido pelas instituições de ensino. Do total de professores, 44% escolheram não declarar sua raça ao Censo. Considerados somente os declarantes do campo raça, homens brancos doutores são 43% dos docentes dos cursos de pós-graduação (FERREIRA, 2018).

É crucial, para evitar raciocínios tendenciosos ou simplistas, que sejam considerados todos os gargalos que apresentamos, como fatores sociais, históricos e culturais que constituem verdadeiros entraves à escalada de mulheres negras aos postos mais elevados do magistério de nível superior e, conseqüentemente, ao prestígio, reconhecimento acadêmico e ascensão sociais. Nesse sentido, também retomamos a consideração sobre a existência de um ciclo de racismo institucional – e também estrutural –, já constatado por estudos, como o de Joselina da Silva (2010), que revelam a falta de reconhecimento das IES em considerar a validade

científica da discussão de temas, como gênero e raça. Ela destaca que, em concursos de docência para programas de pós-graduação, utiliza-se a análise de currículo como uma das etapas de seleção; conseqüentemente, na classificação será considerado quem obtiver maior pontuação. Sendo assim, o maior número de publicações em revistas renomadas será pontuado, bem como publicações em língua estrangeira e outros quesitos, que, se analisados em perspectiva econômica e social, evidenciam a desigualdade de acesso a tais mecanismos para as mulheres negras. Nesse sentido, uma observação importante é da relação da tripla discriminação que a mulher negra sofre: primeiro, por ser mulher e negra; segundo, em relação ao acesso a postos de trabalhos nas universidades, pelos motivos já expostos; e terceiro, por conta da falta de oportunidades para o processo de publicação em periódicos reconhecidos, sendo que este último também implica em ter melhores condições socioeconômicas. Ou seja, é preciso recordar que grande parte dessa população se encontra, ou se encontrou em momentos de sua vida, na base da pirâmide econômica, como afirma Ricardo Henriques (2001). Dessa forma, é possível pensar nos processos de publicações e desigualdades geradas por privilégios sociais e raciais.

Esse também é um ponto de reflexão posto por Grada Kilomba (2019, p. 55) ao argumentar que a atual forma de conhecimento científico válida parte de uma perspectiva colonizada, na qual o conhecimento e o discurso produzido por pessoas negras, quando referente às questões de raça e gênero, é tido como acientífico, subjetivo, pessoal, emocional e parcial.



Segundo Carvalho (2006, p. 34), os docentes das universidades públicas brasileiras vivem uma situação de “confinamento racial” herdada de gerações passadas de acadêmicos. O autor exemplifica, afirmando que:

Se juntarmos todos os professores de algumas das principais universidades de pesquisa do país (por exemplo: USP, UFRJ, Unicamp, UNB, UFRGS, UFSCAR e UFMG), temos um contingente de aproximadamente 18.400 acadêmicos, a maioria dos quais com doutorado. Este universo está racialmente dividido entre 18.330 brancos e 70 negros; [...] se escolhermos aleatoriamente um professor desse grupo, o perfil básico que encontraremos será o seguinte: esse professor (ou professora) foi um estudante branco que teve poucos colegas negros no secundário, pouquíssimos na graduação e praticamente nenhum no mestrado e doutorado, como aluno sempre estudou com professores brancos. [...] Como consequência desse confinamento, em algumas faculdades mais fechadas e elitizadas, é perfeitamente possível que um docente e pesquisador desenvolveu por décadas o seu trabalho acadêmico sem conviver jamais com um estudante negro ou com um único docente negro, quando muito, conviverá com alguns docentes negros, com os quais estabelece relações de pouca ou nenhuma identificação (CARVALHO, 2006, p. 4).

Esses dados expõem a atual conjuntura social brasileira, que exclui as mulheres pretas e pardas, desde a formação inicial até o exercício da docência em IES, da participação efetiva da construção profissional do país. A presença de uma professora preta ou parda em uma instituição de Ensino Superior é fundamental para se respeitar e considerar o enfrentamento social e econômico da desigualdade de raça e gênero como necessário para a construção de um país mais democrático.

## Considerações finais

Em todos os níveis de ensino, a população negra enfrenta condições muitas vezes adversas à sua presença. É preciso lembrar que a educação é um campo constituído por relações de poder e de subordinação, e analisar a presença, a permanência e o sucesso entre negros e brancos nesses espaços é de grande importância para se verificar o peso das desigualdades de raça e gênero na trajetória escolar (GARCIA, 2007, p. 81). Essas informações confirmam a complexa relação entre ciência, ensino, raça, gênero e poder. Constata-se, segundo Carvalho (2006, p. 3), que o quantitativo de professores universitários negros é bem pequeno. Nesse sentido, pode-se inferir que a presença de professoras universitárias negras é escassa. Não nos surpreende a baixa existência de teorias interpretativas sobre essa relação, uma vez que os meios acadêmicos que deveriam questionar esses dados são compostos, majoritariamente, por homens brancos, ainda não comprometidos com a promoção de equidade racial e de gênero.

Consideramos também que essa ausência de interpretações se relaciona com a atual validação do conhecimento científico, que está assentada sobre uma perspectiva colonial, na qual são reafirmados academicamente valores e reflexões ligados à branquitude e à visão de mundo eurocêntrica. Logo, afirmamos que a academia não é um espaço neutro de produção de conhecimento. É também um espaço de violência, cuja hierarquia determina quem entra e permanece em seus quadros, bem como ainda determina “quem pode falar” academicamente (KILOMBA, 2019, p. 52).

A partir de tais reflexões, encontrar uma solução eficaz e eficiente para solucionar esse problema histórico e social sobre a desigualdade racial e de gênero não é uma tarefa fácil. O tecido social é uma estrutura complexa, que demanda profunda reflexão, e o presente texto busca, de certa forma, contribuir para que a realidade possa ser vista, reconhecida, analisada e, portanto, mudada.

Os dados compilados neste texto visam contribuir para a construção de uma análise mais lúcida, histórica, qualitativa e teórica sobre tais temas. Consequentemente, alerta-se para a urgência na construção de soluções e ações efetivas por parte do Estado – sob o formato de criação de políticas públicas que promovam a equidade racial e de gênero. Os espaços educacionais de nível superior ocupados pelas professoras negras no país são escassos, porém, a luta, resistência e insistência em ampliá-los é uma mudança que já está em curso, produzindo reflexões como esta.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).
- ANGELA Davis ao vivo - atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (156 min). Publicado pelo canal TVE Bahia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2vYZ4IJtgDo>. Acesso em: 9 jan. 2020.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero** – indicadores sociais das mulheres no Brasil. Brasília: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 30 jul.2022.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – Pnad. Brasília: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=resultados>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020.** Brasília: Inep, 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- BRITO, Luciana. A nobreza brau do Brasil se forma na sala de aula. **Nexo Jornal**, [s. l.], 28 out. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2019/A-%E2%80%98nobreza-brau%E2%80%99-do-Brasil-se-forma-na-sala-de-aula>. Acesso em: 7 jan. 2020.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial no mundo acadêmico brasileiro. **Revista Padê**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 31-50, 2006. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/144/133>. Acesso em: 12 out. 2022.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. **Gênero e número**, [s. l.], 20 jun. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

GALLIANO, A. G. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GARCIA, Renísia C. **Identidade fragmentada**: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira 1993-2005. Brasília: Inep, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jun. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022003000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 out. 2019.

GROSSI, M. P. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. *In*: LAGO, C. (ed.). **Trabalho de Campo e Subjetividade**. Florianópolis: UFSC, 1992. p. 7-18. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar7.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1968/1/TD\\_807.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1968/1/TD_807.pdf). Acesso em: 12 out. 2022.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 20 out. 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MÜLLER, Maria L. R. **A cor da escola**: imagens da Primeira República. Cuiabá: EdUFMT, Entrelinhas, 2008.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, jul./dez. 1996.

PETRUCCELLI, José Luís. **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19/17811>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SUGIMOTO, Luiz. Mulheres no Ensino Superior ainda são minoria apenas na docência. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2018/04/11/mulheres-no-ensino-superior-ainda-sao-minoria-apenas-na-docencia>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TAQUETTE, Stella R. Análise de dados de pesquisa qualitativa em saúde. **Atas – Investigação Qualitativa em Saúde**, Aveiro, v. 2, p. 524-533, 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/790/777>. Acesso em: 11 jun. 2019.

TRIPPPIA, Luciane Maria; BARACAT, Eduardo Milleo. A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e as políticas públicas. **JusLaboris**, Curitiba, v. 3, n. 32, p. 26-38, ago. 2014. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/94254/2014\\_tripppia\\_luciane\\_discriminacao\\_mulher.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/94254/2014_tripppia_luciane_discriminacao_mulher.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 set. 2017.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê**: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFMEA, FIG/CIDA, 2002. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/276>. Acesso em: 14 set. 2017.